



Júlio Machado Vaz
(Psiquiatra)

RESUMO: A pandemia veio confirmar o que já sabíamos – o estado psicológico influi poderosamente no desempenho profissional de todos nós. Talvez o exemplo mais falado seja o do *burnout*, mas fenômenos como o absentismo e o presentismo merecem ser analisados, bem assim como as consequências do aumento exponencial do teletrabalho. Parece-me assim proveitoso que dialoguemos acerca deles.



Carlos Silva Santos
(Médico de Saúde Pública)

RESUMO: As relações, trabalho, saúde e doença ao longo da vida de professor. A capacidade de trabalho em contextos de novas exigências científicas e tecnológicas. Envelhecimento, saúde e trabalho.



Manuel Nobre
(FENPROF)

24 de março (17h00 - 20h00)

"Inclusão, Direitos Humanos e Cidadania"



Joaquim Colôa
(Docente de Educação Especial)

RESUMO: A educação inclusiva, reconhecida no direito internacional como um direito humano, (re)afirma as sociedades democráticas atuais. De forma natural, configura-se como um valor globalmente aceite, não negociável. A sua natureza realiza-se pela responsabilidade social.



Laborinho Lúcio
(Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça)

RESUMO: Sentido e valor do Compromisso. As dimensões pessoal, social e relacional do Compromisso. O combate à "globalização da indiferença". A Educação e a Escola: um olhar comprometido voltado para "a humanidade como comunidade de destino".



Ana Simões
(FENPROF)

7 de abril (17h00 - 20h00)

"Novas experiências pedagógicas para o aluno do século XXI"



Francisco Simões
(Docente e Escultor. Prémio Lusofonia 2018)

RESUMO: Como sair deste círculo vicioso é a pergunta que se impõe. E se, em lugar de nos projetarmos constantemente para um futuro que desconhecemos e que, neste último ano, nos mostrou claramente a sua imprevisibilidade, olhássemos para o passado e tentássemos encontrar nele alguns pontos de referência para a nossa atuação no presente?



Luísa Paixão
(FENPROF)

21 de abril (17h00 - 20h00)

"Bullying: Ameaça, poder e violência entre pares"



Piedade Lalanda
(Professora da Universidade dos Açores)

RESUMO: O reporte de práticas de *bullying* nas escolas, por parte de professores, assistentes operacionais e alunos; o silêncio das vítimas, o impacto que os comportamentos de ameaça, aliados ao exercício do poder violento e à agressão, têm no desenvolvimento de relações saudáveis entre pares, na afirmação de uma cidadania responsável em meio escolar e as consequências que representam no processo de construção de identidades adultas, baseadas no respeito pelo outro.



César Soares
(Psicólogo Escolar na Escola Básica Integrada de Ribeira Grande)

RESUMO: O *bullying* apresenta importantes repercussões negativas, a nível do desenvolvimento infantil, sucesso escolar, autoestima, saúde mental e personalidade da vida adulta. Se antes da pandemia o acesso excessivo à internet estava já relacionado com a prevalência do *cyberbullying*, o fenómeno pode intensificar-se nesta fase de isolamento.



António Lucas
(FENPROF)

5 de maio (17h00 - 20h00)

"Política de divulgação da Língua Portuguesa/Português, Língua de herança/estrangeira ou Língua Portuguesa não materna"



Maria José Grosso
(Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

RESUMO: O ensino português no estrangeiro, ponte estratégico-política com as comunidades portuguesas, países de língua oficial portuguesa e comunidades de falantes de outras línguas, é uma realidade complexa, polissémica, resultante de mudanças económicas, educativas, sociais e outras e naturalmente em mudança.



José Pascoal
(Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Há mais de uma década que foi instituído o regime jurídico de ensino português no estrangeiro (Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro), alunos e professores mudaram, têm novas expectativas, novas representações, neste contexto, surge, como reflexão, para o ensino português no estrangeiro, uma pergunta proposta pelo Quadro Europeu (QECR): "De que modo pode a aprendizagem de línguas melhor contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e cultural como cidadãos responsáveis numa sociedade democrática e pluralista?"



Joana Marmelo
(FENPROF)



CICLO DE DEBATES 2021 em VIDEOCONFERÊNCIA

Só para sócios dos Sindicatos da FENPROF

Curso de Formação Certificado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores (CCPFC)

Notas: A presença e participação em todos os debates permitirá o acesso à certificação do ciclo de debates como curso de formação acreditado pelo CCPFC. A avaliação dos participantes em todos os debates (formandos do curso de formação) será feita mediante a apresentação de um trabalho escrito, com um máximo de duas páginas A4, que deverá ser enviado após a conclusão do ciclo de debates.

Cada debate terá a certificação como Ação de Curta Duração.



Ciclo de Debates 2021 | Ficha de Inscrição

Dados Pessoais

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____

BI / CC: _____

Telefone (Casa): _____

Telemóvel: _____

e-mail: _____

Necessita de intérprete de Língua Gestual Portuguesa? Sim Não

Dados Profissionais

Ensino Público > Quadro de Escola / Agrupamento: QZP: Contratado:

Ensino Privado > Particular e Cooperativo: IPSS / Misericórdia:

Habilitações: Doutoramento: Mestrado: Licenciatura: Bacharelato:

Nível de ensino: _____ Grupo disciplinar _____

Escola / Jardim de Infância / Serviço onde exerce: _____

Escola / Jardim de Infância / Serviço a que pertence: _____

Sócio do SPN: SPRC: SPGL: SPZS: SPM: SPRA: SPE:

N.º: _____

Pretendo inscrever-me nos seguintes debates

27 de janeiro - "Pela Democracia nas Escolas"

10 fevereiro - "Municipalização não é solução! - Quatro olhares sobre a transferência de competências para os municípios"

24 de fevereiro - "O acesso ao Ensino Superior"

10 de março - "Rejuvenescer a profissão dignificando a aposentação"

24 de março - "Inclusão, Direitos Humanos e Cidadania"

7 de abril - "Novas experiências pedagógicas para o aluno do século XXI"

21 de abril - "Bullying: Ameaça, poder e violência entre pares"

5 de maio - "Política de divulgação da Língua Portuguesa/Português, Língua de herança estrangeira ou Língua Portuguesa não materna"

>>>> A inscrição pode ser feita *online* na página da FENPROF ou na do teu Sindicato.

27 de janeiro (17h00 - 20h00)

"Pela Democracia nas escolas"



Licínio Lima
(Docente da Universidade do Minho)

RESUMO: "Diretores escolares em ação: concentração de poderes, autonomia operacional e erosão democrática"- Análise do modo de atuação dos diretores, de como se autorrepresentam, mas também dos contextos concretos onde atuam e das relações de poder que se estabelecem nas organizações escolares. As contradições, as falácias e as ambiguidades que caracterizam o atual regime de autonomia e gestão das escolas."

Representantes dos três partidos que têm iniciativas legislativas nesta área,



Alexandra Vieira
(BE)



Ana Mesquita
(PCP)



Bebiana Cunha
(PAN)

RESUMO: Representantes dos três partidos que têm neste momento iniciativas legislativas nesta Área - projetos de lei do PCP e do BE e projeto de resolução do PAN - abordarão os motivos que fundamentam os projetos apresentados e as principais alterações que cada um preconiza.



Manuela Mendonça
(FENPROF)

10 de fevereiro (17h00 - 20h00)

"Municipalização não é solução! - Quatro olhares sobre a transferência de competências para os municípios"



Bárto Paiva Campos
(Conselho Nacional de Educação)

RESUMO: Se, porventura, a actual política de transferência de competências para as autarquias constituir uma primeira etapa da atribuição às mesmas da responsabilidade da criação e gestão de toda a oferta pública de educação nas escolas, recomenda o CNE que se analise o caminho inverso que está a ser seguido por políticas de municipalização da oferta escolar em outros países.



Carlos Pinto Sá
(Presidente da Câmara Municipal de Évora)

RESUMO: Governo pretende transferir encargos, também na área da educação, para os Municípios, sacudindo para estes as responsabilidades que não quer cumprir quanto ao investimento necessário na educação. Investir na Escola Pública de qualidade e cumprir a Constituição é o que se exige e é o necessário ao desenvolvimento equilibrado do País.



Heleno Araújo Filho
(Presidente da CNTE/Brasil)

RESUMO: A transferência de responsabilidade foi marcada pela improvisação e generalização, provocando muitas tensões. De fato a municipalização não foi a solução para a educação básica pública brasileira.



Manuel Pereira
(Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares)



Francisco Almeida
(FENPROF)

24 de fevereiro (17h00 - 20h00)

"O acesso ao Ensino Superior"



Manuela Esteves
(Docente do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)

RESUMO: A igualdade real de oportunidades de acesso, se bem que tenha progredido muito desde o 25 de abril, continua a ser contrariada por fatores de ordem socioeconómica e cultural que importa superar. Por outro lado, é também forçoso colocar, atualmente, a par a questão do acesso dos jovens e a questão do acesso dos adultos.



Cristina Roldão
(Investigadora no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/IUL)

RESUMO: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver, eram os três D da revolução. Em parte, nortearam as políticas do Pós-25 de Abril que procuraram superar as desigualdades sociais que a escola do Estado Novo havia activamente cavado. De lá para cá, as políticas de promoção da igualdade na educação que se puseram em marcha, tenderam a deixar de fora do debate sobre a democratização escolar a dimensão étnico-racial e o racismo.



Susana Cruz Martins
(ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa)

RESUMO: A análise da diversificação social dos estudantes que acedem ao ensino superior será construída na relação com as políticas que, entretanto, foram sendo concebidas e implementadas para a sua promoção, num processo mais vasto de democratização do sistema educativo.



André Carmo
(FENPROF)

10 de março (17h00 - 20h00)

"Rejuvenescer a profissão dignificando a aposentação"



Eugénio Rosa
(Economista)

RESUMO: A redução da despesa pública com a Educação em Portugal, a escolaridade insuficiente da população empregada e a dupla penalização de que continuam a sofrer as pensões.